

Registro da 8ª. Reunião da Comissão de Acompanhamento das Políticas de Memória e Verdade no Município de São Paulo (GT-DMV)

(09/05, 16h30 – 19h00 – Sala de Reuniões do 7º. Andar – Prefeitura de São Paulo)

Participantes | Secretário Rogério Sottili, Carla Borges, Clara Castellano, Valdirene Gomes, Luciano Velleda (SMDHC/PMSP); Marlon Weichert, Eugênia Gonzaga (Ministério Público Federal); Ana Paula Tauhyl, Patrícia Fischer, Rafael de Abreu e Souza (Grupo de Arqueologia e Antropologia Forense); Maristela Pereira (CUT/Nacional); Juliana Cardoso (Vereadora/PMSP); Pedro Maquire (UNICAMP); Ivan Seixas (Comissão da Verdade Estadual/ALESP e Comissão dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos); Padre Geraldo Labarrère Nascimento, Anivaldo Padilha, Antonio Carlos Fon (Comitê Paulista pela Memória Verdade e Justiça); Dyego P. Oliveira (CPMVJ/ Comissão da Verdade da FESP-SP); Amanda S. Ibraim, Mateus Manzano (Centro Acadêmico XI de Agosto – Faculdade de Direito da USP); Javier Amadeo (UNIFESP); Júlia Afonso.

TOTAL: 22 pessoas. (Lista de presenças – **Anexo 1**).

Formato | 16h30 – Balanço das atividades do Cinquentenário do Golpe de Estado de 1964.
17h30 – Atualização e pedido de apoio para pressionar a Câmara para aprovação do PL da Comissão da Verdade da PMSP.
18h – Atualizações sobre o projeto de identificação das ossadas de Perus.

Registro das falas

Secretário
Rogério Sottili
(SMDHC) | Agradece a presença de todos e pede que se inicie uma breve rodada de apresentações. Em seguida, apresenta a pauta do dia, já entrando em uma breve avaliação das atividades em memória aos 50 anos do golpe.
Parabeniza todos os presentes pelos esforços na realização das ações do Cinquentenário e ressalta a importância da programação para construção de memória coletiva, negando passado autoritário e reforçando ideais democráticos. Destaca que SMDHC, além da programação própria, também teve a satisfação de apoiar e participar ativamente de atos/ações organizadas pela sociedade civil, que fizeram história no Brasil. O país todo discutiu e



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

priorizou o tema e São Paulo puxou essa frente. Pela primeira vez, por exemplo, o tema permeou todos os veículos da grande mídia com espaço grande na programação. Conseguimos avançar no reforço da correlação entre violações de direitos humanos por parte do Estado de ontem e hoje e, com essa correlação, conseguimos atingir públicos mais jovens. Conseguimos abranger o alcance do tema para públicos que não necessariamente conheciam e/ou militavam por essa pauta (não falar só de “nós para nós mesmos”). É importante que as atividades se multipliquem ao longo de todo o ano.

1. Balanço das ações do Cinquentenário do Golpe de Estado de 1964.

Carla Borges
(SMDHC) Para apresentação balanço das ações, vide PPT em anexo, relatório circulará em breve.

Considerações dos participantes sobre o balanço

Anivaldo Padilha
(Comitê Paulista pela Memória, Verdade e Justiça) Faz eco à avaliação do Secretário e parabeniza pela quantidade de ações. Mas pondera quanto à possibilidade de termos passado por um período de cartarse, de “euforia” e agora entre em um momento de ressaca, com diminuição de mobilização para o tema, o que é preocupante uma vez que as ações do cinquentenário deixaram a direita ouriçada e ela está perdendo a vergonha de mostrar sua cara.

Destaca, ainda, outro fato preocupante ao qual todos devem estar atentos: o assassinato do Coronel e torturador Paulo Malhães. Ao que tudo indica, não se trata de um crime comum, mas sim uma “queima de arquivos” e um “cala a boca” - a esposa já havia dito que ele iria revelar mais informações.

Marlon Weichert
(Ministério Público Federal) Concorda com o Anivaldo Padilha e alerta que devemos ter cautela não apenas com a “ressaca” da programação do cinquentenário, mas com a ressaca de 2014, dado que no final do ano serão divulgados os relatórios finais da Comissão Nacional da Verdade. Pondera que temos que pensar estratégias para manter o tema na ordem do dia este ano (inclusive no debate eleitoral) e nos anos subsequentes e que é importante que seja mais do que uma pauta anti-violações de direitos humanos, mas sim anti-autoritarismo.

Antonio Carlos Fon
(Comitê Paulista pela Memória, Verdade e Justiça) Concorda que é preciso manter a pauta viva durante todo o ano, principalmente no debate eleitoral. Pensando nisso, o Comitê Paulista pela Memória, Verdade e Justiça irá convidar todos os candidatos a governador para debater o tema. Além disso, alerta para a necessidade de acompanhar as discussões parlamentares sobre o assunto. O CPMVJ nomeou quatro pessoas para exercer essa função. Por outro lado, apesar das ressalvas, chama atenção para as vitórias conquistadas e consolidadas com o cinquentenário: segundo ele, há três anos



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

não teríamos 47% da população defendendo a revisão da Lei da Anistia (pesquisa Datafolha) como aconteceu em 2014.

Ivan Seixas
(Comissão
Estadual da
Verdade “Rubens
Paiva”)

Lembra que em 13 de agosto completam-se 35 anos da promulgação da Lei da Anistia e instiga os presentes a pensarem em ações para esse dia.

Fala sobre a CNV e pede envolvimento e mobilização da população para que as recomendações da sociedade civil sejam incorporadas ao relatório. Estão sendo previstas audiências públicas de todos os GTs e setoriais, importante a mobilização nesse momento para que os apontamentos da CNV sejam sólidas o suficiente.

Diz que declarações dadas pelo Coronel Paulo Malhões foram simbólicas porque atestaram que a ditadura não foi apenas autoritária, mas extremamente violenta, cruel e assassina. Segundo ele, a morte do Coronel não se configura apenas como queima de arquivo, mas serve como um recado para os outros militares que poderiam vir a revelar mais detalhes. “O assassinato é, na verdade, mais um crime da ditadura”.

**Maristela
Pereira**
(CUT/ Nacional)

Analisa que as programações do Cinquentenário fervilharam por todos os lugares e os trabalhadores que não necessariamente estiveram envolvidos com as violações durante a ditadura também passaram a se interessar mais pelo tema. Relata que a CUT também está organizando sua plataforma e que possivelmente defenderá a revisão da lei da Anistia como eixo central. Ainda esse semestre a CUT realizará plenárias estaduais e em julho um encontro nacional em Guarulhos com presença de mais de 60 sindicatos e esse tema será trabalhado também. Além disso, a Comissão da verdade da CUT também está planejando mais atividades para 2015 em memória ao golpe.

**Pe. Geraldo
Nascimento**
(Comitê Paulista
pela Memória,
Verdade e Justiça)

Avaliação de que o cinquentenário superou em muito o esperado por todos pois teve repercussão para além do previsto e a repercussão ainda não acabou.

A abrangência também foi nacional, com eventos espalhados por todos os cantos do Brasil e não apenas nas grandes cidades. Além disso, atingiu públicos para além do “grupinho” acostumado a tratar do tema.

**Eugênia
Gonzaga**
(Ministério
Público Federal)

Parabeniza, agradece e pede esforços para que se olhe para o problema das ossadas dos Cemitérios Dom Bosco (Perus) e Vila Formosa e para outras ações importantes que há muito tempo vêm sendo demandadas pelo MPF. Lembra que em setembro é o aniversário da morte do Virgílio Gomes da Silva, primeiro desaparecido a ser procurado em Vila Formosa e seria fundamental instalar alguma placa em homenagem a ele e o local em que ocorreu a exumação, assim como de Sérgio Correia. Pede ainda que seja instalada uma placa mais geral com o nome de todos os possíveis desaparecidos enterrados em Vila Formosa e a revitalização do jardim sobre a antiga vala comum.



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

Rafael De Abreu e Souza (Grupo de Antropologia e Arqueologia Forense)	Faz alerta de como a violência de Estado ainda é muito presente e ilustra com um relato do que ocorreu em uma das apresentações da peça “Liberdade é Pouco”, da SMDHC em parceria com Cooperativa Paulista de Teatro, nas escadarias da Catedral da Sé. Na ocasião, uma das pessoas em situação de rua começou a interferir na apresentação e diante da reação violenta do próprio público a Polícia Militar interveio com violência, fazendo da crítica da peça uma história real. O episódio demonstrou como o tema ainda precisa ser muito trabalhado, uma vez que o tema da peça era justamente as violações de Direitos Humanos por parte do Estado e tamanha é a naturalização da violência que muitas das pessoas que assistiam acabaram apoiando mais uma violação.
Valdirene Gomes (SMDHC)	Faz informe do planejamento de ações da SMDHC para manter a pauta viva no município: atividades nas Diretorias Regionais de Educação, bibliotecas e CEUS com rodada de filmes e lançamento de livros seguidas de conversas com diretores e autores. Pede apoio dos presentes para seguirmos levando a pauta para as escolas e mobilizar a rede pública, formando professores e dialogando diretamente com os alunos.
Secretário Rogério Sottili (SMDHC)	Ressalta ainda como o processo do cinquentenário foi fundamental para conseguir atingir de forma transversal todas as gerações. Os mais jovens se envolveram na pauta mais do que acontecia no passado. Concorde com as falas dos demais presentes de que essa é uma pauta fundamental, que não pode se arrefecer e diz que estará presente ao longo de toda a gestão. Sugere ainda que os diversos comitês, comissões e entidades da sociedade civil continuem a utilizar o hotsite do Cinquentenário elaborado pela SMDHC e SECOM/PMSP como um centralizador das diversas ações que continuarem ocorrendo.
Ivan Seixas (CV Rubens Paiva e Comissão de Familiares)	Corroborar a idéia apresentada pela Eugênia e diz que deveria existir um memorial em cada um dos cemitérios para que, na ausência dos corpos e sepulturas, todas as famílias pudessem ir reverenciar seus familiares que foram mortos.
2. Pedido de apoio a PL da Comissão da Verdade da PMSP.	
Secretário Rogério Sottili (SMDHC)	Primeiramente, agradece a presença da vereadora Juliana Cardoso e seu empenho em defender a pauta de Direitos Humanos dentro da Câmara dos Vereadores. Atualiza sobre o histórico do PL e explica as dificuldades que tem enfrentado na tramitação não ter sido votado ainda: a sobreposição com pautas polêmicas (Plano Diretor, Alinhamento Viário etc.); questionamento quanto aos cargos a



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

serem criados e a concorrência com a Comissão da Câmara. Sottili argumenta que sem os cargos fica impossível realizar qualquer tipo de trabalho de investigação sério, capaz de vasculhar o volume de informações nunca levantadas. Destaca que essa estrutura já corresponde a um cenário mínimo, com cargos baixos e provisórios, já previstos no planejamento orçamentário da SMDHC. Argumenta também que a Comissão da PMSP tem o dever de olhar para dentro de casa e investigar as violações cometidas pelo Executivo Municipal, como casos de funcionários demitidos e perseguidos, por exemplo. Por isso não haveria sobreposição de funções, ao contrário, trabalhariam de forma complementar. Diante desse cenário, conta com a atuação dos movimentos sociais para que o PL seja entendido não como uma pauta exclusivamente do governo, mas para atender uma demanda social republicana. Lembra ainda que também está fazendo sua parte na articulação com os vereadores e que seria importante que os familiares também fizessem o que estiver a seu alcance.

Juliana Cardoso
(Vereadora)

Explica que dentro da Câmara vive-se em um momento complicado para aprovação de Projetos de Lei, pois existe a pressão para aprovação de alguns projetos como o Plano Diretor, que está colocado como prioridade absoluta pelo Prefeito Fernando Haddad, em função do clamor popular. Depois desse, vem o projeto de Alinhamento Viário.

Relata que está fazendo trabalho interno de conscientização dos líderes das bancadas sobre a importância da PL 65/2014, mas de fato há muita resistência quanto à estrutura. De todo modo, alguns vereadores estão se mostrando abertos e aos poucos o projeto vai ganhando mais espaço. Reforça que essa interlocução direta dos familiares e militantes do tema é fundamental para fazer o projeto avançar. Lembra que são necessários 37 votos para conseguir passar o PL, o que seria muito difícil há duas semanas, mas depois da conversa com o prefeito, que indicou o projeto como um dos 11 prioritários a serem votados pré-copa, os vereadores se mostraram mais abertos.

Carla Borges
(SMDHC)

Alerta que se a PL não for aprovado na próxima terça é importante deixar no radar a possibilidade de se realizar uma audiência pública com presença de todas as entidades para uma maior mobilização.

Juliana Cardoso
(Vereadora)

Ressalta que a melhor alternativa seria fazer mobilização no dia de votação da PL porque na Audiência Pública não estão todos os vereadores presentes. Diz que é pouco provável que o PL seja colocado em discussão na próxima terça, mas que a interlocução dos familiares pode fazer toda a diferença.

Carla Borges

Ressalta que várias entidades estão produzindo cartas de apoio próprias, mas que também foi feito um Manifesto único que pode ser assinado pelas



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

(SMDHC)	entidades. Fala que a SMDHC desenvolveu um documento com explicações aos questionamentos mais frequentes levantados em relação à necessidade de criação de uma Comissão da Verdade Municipal. Repassa o documento aos presentes para que possamos construir um discurso alinhado.
Maristela Pereira (CUT/Nacional)	Relata que a CUT enviou uma correspondência para a presidência da casa e sugere a elaboração de uma orientação padrão que indicasse o caminho burocrático que deve ser feito por aquelas entidades que também quiserem apoiar. Sugere também o envio de informe para a SMDHC de cada carta enviada para que pudéssemos fazer o controle. Invoca os presentes a irem conjuntamente à Câmara na próxima terça-feira pela manhã.
Juliana Cardoso (Vereadora)	Diz que seria importante presença de familiares e resistentes na Reunião de Líderes que ocorre todas as terças-feiras, na Câmara.
Anivaldo Padilha (CPMVJ)	Questiona se os entraves que o PL vem encontrando na Câmara dizem respeito somente às dúvidas em relação à Comissão da Verdade ou têm a ver com questões políticas também. Cobra que os vereadores da bancada do PT apoiem a pauta proposta pelo executivo, já que eles têm como dever a coerência com o programa de governo.
Secretário Rogério Sottili (SMDHC)	Entende que o projeto terá muito mais chances de ser aprovado se for entendido como pedido sociedade civil, não da SMDHC. E alerta para a possibilidade de que o PL seja aprovado sem os cargos, o que inviabiliza o trabalho da Comissão.
Dyego Oliveira (CPMVJ e Comissão da Verdade da FESP-SP)	Informa que o CPMVJ já fez alguns movimentos no sentido de pressionar a Câmara para aprovação do PL. Já conversaram com alguns vereadores, elaboraram Manifesto próprio que enviarão a do PT e Presidência da Câmara. Por sua vez, a FESP-SP assinará o manifesto único e está produzindo a própria carta de apoio. Além disso, enviou o manifesto para o GT das Universidades.
Antonio Carlos Fon (CPMVJ)	Ressalta que a carta do Comitê insiste explicitamente na necessidade de criação dos cargos para que se possa constituir uma Comissão da Verdade de fato.
Juliana Cardoso (Veradora)	Compromete-se a avisar a todos se o PL entrará ou não na pauta nas próximas semanas. Diz que na primeira semana de mobilização é importante estar presente na reunião do colégio de líderes e depois ir ao gabinete dos vereadores. Depois seria importante ir à Câmara no dia de votação da PL para fazer pressão.
3. Atualizações sobre Perus.	
Secretário Rogério Sottili	Resgata histórico da participação da SMDHC no caso Perus. Fala que logo após a invasão do cemitério Araçá a SMDHC convocou uma reunião de emergência com familiares e comissões da verdade e desde então tem se dedicado



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

- (SMDHC) incansavelmente para que a retomada da identificação aconteça com a urgência devida – busca de possíveis locais para a análise (UNIFESP, MAE, Instituto Butantã); interlocução constante com todos os parceiros e acompanhamento para que as pactuações fossem cumpridas. Agora com a nova gestão temos uma grande abertura, assim que a Ministra Ideli assumiu apresentamos um diagnóstico completo da situação e pedimos prioridade absoluta ao tema. Ela encampou a ideia e já está dando sinais de que esse tema será tratado com seriedade. “Geralmente acredito nas pactuações porque sempre as levo a sério. Creio que a ministra esta determinada a desenvolver perus como principal marca de seu governo.”
- Javier Amadeo**
(UNIFESP) Fala sobre suas impressões acerca da reunião de 06/05 na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Foi uma reunião extremamente positiva, onde se pode notar disposição e compromisso por parte da Ministra Ideli, Ministra Eleonora e do Paim.
Relata que houve comprometimento de disponibilização de recursos financeiros, sendo 900 mil reais por parte da SDH via Prodoc para contratação de equipe do Grupo de Antropologia e Arqueologia Forense (GAAF) e de 1,5 milhão de reais do MEC para reforma, aluguel e manutenção da casa que abrigará o projeto. Além disso, MEC se comprometeu a fazer conversa com o presidente da CAPES para tentar viabilizar pagamento de equipes internacionais via bolsa de estudos, já que a notória especialização seria facilmente justificada. Com esse cenário, disse termos um compromisso de 3 anos de trabalho pois a casa custaria 500 mil/ano. Tal horizonte seria bastante importante para o projeto.
- Carla Borges**
(SMDHC) Completa a fala anterior dizendo estar sentindo um forte comprometimento da nova gestão: abertura em relação ao projeto e objetividade nos encaminhamentos. Parece que saímos do campo das promessas e alcançamos um horizonte mais palpável.
Relata que um dos grandes desafios do projeto era a dificuldade em manter fluxo de informações adequado e constante e para solucionar esse problema ficou estabelecido, na reunião de 06/05 na SDH, que será constituído um Comitê Gestor Local para acompanhar a pauta diariamente e conseguir publicizar as informações a todos os envolvidos.
Afirma que SMDHC também disponibilizará recursos: 300 mil reais através de emenda federal. Além disso, Secretário também fez reunião com Prefeito para pedir mais verbas para o projeto.
Enaltece importância da entrada da UNIFESP no projeto para criação de expertise na área no Brasil, garantindo que outros processos de identificação de ossadas possam ocorrer no futuro com maior facilidade.
Informa que em reunião com Comissão Nacional da Verdade (CNV), Pedro



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

Dallari pediu que a SMDHC desse prioridade ao tema, e se disponibilizaram a cooperar, por exemplo, fazendo registro histórico audiovisual do processo e produção de um documentário que garantisse a conservação da memória do município. Reafirma o compromisso da SMDHC com a pauta e agradece a parceria de todos os presentes.

**Eugênia
Gonzaga**
(MPF)

Relata ter ficado bastante satisfeita com as novas informações sobre Perus porque teve a impressão de que os encaminhamentos estão bem desenhados desta vez. Concorda que UNIFESP tem papel muito importante e diz que são bem-vindos no processo. Agradece e parabeniza a participação da SMDHC e insiste que a Prefeitura se mantenha ativa nesse processo por duas razões principais: primeiro porque está com as ossadas em seu “armário” e segundo porque os Ministros sempre demonstram disponibilidade em solucionar o problema, mas depois recuam, então é fundamental que a Prefeitura esteja sempre pressionando Governo Federal para cumprir com seus compromissos.

Rafael Souza
(GAAF)

Ressalta que a SMDHC vem desenvolvendo um papel fundamental, principalmente ao garantir que nos principais processos de tomada de decisão sejam envolvidos e ouvidos todos os níveis, técnicos, gestores, familiares, militantes. “A principal dificuldade do projeto será sempre construir todas as decisões em conjunto entre aqueles que executam e aqueles que tomam as decisões. Para dar certo, todos precisam estar envolvidos”. O Comitê gestor terá desde o princípio deverá ter em vista todo o processo de identificação, desde a análise *antemortem*, formação de banco de dados de DNA até os testes finais de DNA com as ossadas selecionadas, sem o qual não é possível sequer iniciar os trabalhos. Explica a estrutura previamente pensada da equipe de trabalho, sendo uma parcela fixa, com dedicação exclusiva, e outra rotativa.

**Antonio Carlos
Fon**
(CPMVJ)

Relata que é o fato de a nova Ministra Ideli se mostrar aberta a ouvir os familiares, convocando reunião para próxima semana demonstra comprometimento político – anteriormente ele não havia participado de nenhuma reunião com a ex-Ministra. Destaca que a presença de pessoas sensibilizadas com o tema na interlocução com a SDH/PR é mais uma garantia de que o assunto será levado a sério.

Marlon Weichert
(MPF)

Recebe bem os relatos sobre os avanços alcançados nas últimas semanas e destaca que mesmo havendo vontade política da PMSP e da UNIFESP, não estava claro até então o papel que cada um desempenharia, o que agora ficou mais perceptível.

Demonstra preocupação com a formação de um grupo de peritos muito grande na condução do trabalho, pois ficará difícil ter centralidade na reunião de informações e condução do projeto. Ressalta a importância de se constituir



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

centralidade na gestão e sugere que tema seja discutido quinta-feira na reunião com a Ministra Ideli.

Defende de antemão que a centralidade se concentre nas mãos da PMSP por uma questão política, uma vez que a gestão municipal tem no mínimo mais 3 anos de mandato.

Afirma que o Ministério Público Federal será sempre o “chato” que acompanha, ouve os dois lados, faz críticas e cobranças e que apesar da confiança haver sido renovada a partir dos novos posicionamentos, como órgão de controle o MPF ainda não está satisfeito.

Ivan Seixas
(Comissão
Estadual da
Verdade “Rubens
Paiva”)

Corroborar a necessidade de centralidade na condução do Comitê Gestor e também defende protagonismo da SMDHC, destacando que o Secretário está envolvido com a pauta desde época que estava em Brasília.

Posiciona-se contra a participação de profissionais de todos os órgãos, formando espécie de “colcha de retalhos” e coloca em suspeição a entrada da PF pela falta de empenho nos compromissos frente a 3 Ministérios. Além disso, conceitualmente equipe tem que ter isenção suficiente para que não seja questionada. Propõe que se desfaça o modelo do GAAF desenhado anteriormente pela SDH/PR e a criação de estrutura totalmente nova, baseado no modelo criado pelas equipes internacionais.

Marlon Weichert
(MPF)

Sugere que Comitê Gestor que será formado não tenha compromisso com o passado, mas deve ter autonomia para construir o novo, novas soluções. Logo, sua primeira atribuição deve ser a reestruturação do GAAF.

**Eugênia
Gonzaga**
(MPF)

Declara não ter tido acesso a nenhuma atualização escrita sobre o tema. Solicita documento escrito com todo o histórico, um resumo do que já foi acordado até agora.

Carla Borges
(SMDHC)

Responsabiliza-se por dividir os presentes o Protocolo de Intenções e o registro da reunião de janeiro com SDH/PR (de caráter mais técnico). Além disso, sistematizará um resumo do histórico, incluindo as pactuações da próxima reunião com a Ministra. Reforça que no encontro com SDH da próxima semana será importante que os familiares coloquem a necessidade de iniciar o processo do zero.

**Secretário
Rogério Sottili**
(SMDHC)

Reforça disposição da SMDHC em continuar tratando o assunto com a delicadeza e a dedicação que ele merece. Agradece a presença de todos e encerra a reunião.